

A PSICOLOGIA FRENTE AO **CONTEXTO CONTEMPORÂNEO 3**

Rosane Castilho
(Organizadora)



Rosane Castilho
(Organizadora)

A Psicologia frente ao Contexto Contemporâneo 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P974	A psicologia frente ao contexto contemporâneo 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Rosane Castilho. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-495-5 DOI 10.22533/at.ed.955192407 1. Psicologia. 2. Psicologia e sociedade. 3. Pessoas – Aspectos sociais. I. Castilho, Rosane. II. Série. CDD 150
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Este livro é produto de um trabalho coletivo: por um lado, o esforço de uma editora, revelado pelo firme propósito de disseminar o conhecimento produzido em diferentes níveis acadêmicos, viabilizando a socialização de saberes produzidos em distintas instituições de ensino superior, em diversos estados do país. Por outro, o esforço de estudantes, docentes e pesquisadores dedicados ao ofício do trabalho acadêmico, pela via da apresentação sistematizada de iniciativas no campo da investigação científica e que encontraram, nessa obra, um caminho para a sua divulgação.

Nas páginas que seguem, os leitores encontrarão as sínteses reveladoras das trajetórias de pesquisa, tanto a partir de aproximações iniciais e embrionárias, quanto propostas um tanto mais amadurecidas pelo labor persistente no que concerne ao objeto investigado. Neste sentido, os trabalhos se encontram contidos em dois distintos blocos: O primeiro, intitulado *'Políticas públicas e atuação profissional'*, reúne dez trabalhos que tratam de temas como prevenção, preconceito, estigma, inclusão e reabilitação psicossocial de sujeitos em situação de vulnerabilidade, além de pesquisas com coletivos marcados por uma singularidade em suas experiências de cunho pessoal, profissional ou religioso. Os temas se apresentam, aqui, como recursos a fim de suprir uma demanda cada vez mais intensa por reflexão e atuação política, no sentido filosófico do termo. O segundo bloco, intitulado *'Temas emergentes'*, reúne quatro trabalhos que exploram os saberes da Neurociência, da Psicologia Social, da Psicanálise, da Filosofia e do Marketing, no que concerne a perspectivas associadas à motivação, ao desejo de saber e às práticas cotidianas como o uso das redes sociais.

Nesse diapasão, o que se espera com essa obra, que contempla temas tão singulares e aparentemente distintos entre si, é divulgar trabalhos envolvendo a Psicologia como campo de conhecimento científico que, ancorada em distintos saberes, viabiliza a ampliação do espectro de compreensão acerca de aspectos da realidade contemporânea que convocam o olhar atento e curioso daqueles que desejam ir além das formulações do senso comum.

Se a construção do conhecimento demanda trabalho árduo e dedicação, há que se valorizar os esforços de todos os que, em diferentes estágios da vida acadêmica, desejam embrenhar-se na seara da pesquisa científica. Se humildade, compromisso e persistência são virtudes fundamentais no labor da investigação sistemática, deve haver, ainda, um espaço respeitoso dedicado aos jovens que se propõem a contribuir e, com isso, aprender e desenvolver seus potenciais, ainda que incipientes. Lembrar-se de que todo importante pesquisador precisou trilhar caminhos incertos até alcançar a excelência pode ser um importante antídoto contra a soberba. E lutar contra a soberba, pela via do respeito e do compromisso com o conhecimento e com os sujeitos, é tarefa para os grandes em coragem e em espírito.

Boa leitura!

Rosane Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS CONTRIBUIÇÕES DO SOCIOPSIKODRAMA PARA A REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA	
Jéssica Gomes May Amanda Castro	
DOI 10.22533/at.ed.9551924071	
CAPÍTULO 2	13
PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA PSICOLOGIA NA PROTEÇÃO AO DIREITO À SAÚDE	
Sofia Muniz Alves Gracioli Lívia Pelli Palumbo	
DOI 10.22533/at.ed.9551924072	
CAPÍTULO 3	26
ASPECTOS AFETIVOS E COMPORTAMENTAIS DO PORTADOR DE HANSENÍASE FRENTE AO ESTIGMA E PRECONCEITO	
Aldalea Oliveira de Souza Maria das Graças Teles Martins	
DOI 10.22533/at.ed.9551924073	
CAPÍTULO 4	35
CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Marjane Bernardy Souza Maria Fernanda Silva da Silva Natasha Figueiró de Souza Renata Nunes Tavares Joice Laine de Carvalho Bruna Marcante Brana Rivas Clíssia Natani Machado Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9551924074	
CAPÍTULO 5	52
SEXUALIDADE E GÊNERO: ESTUDO COM MULHERES AGRICULTORAS NUM AMBULATÓRIO REGIONAL DE DST/HIV/AIDS	
Sirlei Favero Cetolin Eloísa Bido Caroline Estéfani Zanin Simone Kelly Cetolin Wackerhagen Ana Paula de Oliveira Jorge Fernando Soares	
DOI 10.22533/at.ed.9551924075	
CAPÍTULO 6	64
TABAGISMO: UMA AVALIAÇÃO DE PERFIL DO FUMANTE NOS MUNICÍPIOS DE SERRA DOS AIMORÉS E NANUQUE/MG	
Bella Sophia Krull de Andrade Bruna Mota Zandim	
DOI 10.22533/at.ed.9551924076	

CAPÍTULO 7	83
DEPRESSÃO E SAÚDE MENTAL EM LÍDERES PENTECOSTAIS	
Rafael Zaneripe de Souza Nunes	
Rosimeri Vieira da Cruz de Souza	
Amanda Castro	
DOI 10.22533/at.ed.9551924077	
CAPÍTULO 8	94
MÃES NA CONTEMPORANEIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PAPEL MATERNO	
Jadne Meder Estrela	
Maiara da Silva Machado	
Amanda Castro	
DOI 10.22533/at.ed.9551924078	
CAPÍTULO 9	103
ESCOLA ESPECIAL E INCLUSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE EM PSICOLOGIA	
Jaciera Fabich Righi	
Natália Michelena da Silva	
Pâmela Staggemeier Rossato	
Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	
DOI 10.22533/at.ed.9551924079	
CAPÍTULO 10	114
ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
Fabiana Regina da Silva Grossi	
Maria Paula Miranda Chaim	
Olívia Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.95519240710	
CAPÍTULO 11	126
AS REDES SOCIAIS E OS ADOLESCENTES: UM ESTUDO A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DA PSICOLOGIA SOCIAL	
Gilberto Gregório Santos Almeida	
Renata Piovan Cardozo Dias	
Rafaela Jacobowsky	
Gabriela Vieira Nascimento	
Edinayra Araujo Santos	
George Moraes De Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.95519240711	
CAPÍTULO 12	138
NEUROCIÊNCIA EM AÇÃO: DA UNIVERSIDADE AO ENSINO FUNDAMENTAL	
Luiz Fabrizio Stoppiglia	
Ana Julia Candida Ferreira	
Izadora Mendonça de Melo	
Rafael Bená de Araújo	
Raphael Christian Brandão de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95519240712	

CAPÍTULO 13	146
DO DESEJO AO SABER: ELEMENTOS PARA TRANSPOR O CONCEITO DE TRANSFERÊNCIA EM PSICANÁLISE PARA A PRÁTICA DO ENSINO, TOMANDO-SE POR BASE O PAR SÓCRATES-ALCIBÍADES	
Débora dos Santos Silva	
Erica Lourenço dos Santos Gonçalves	
Ernania Maria Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95519240713	
CAPÍTULO 14	156
O ENDOMARKETING E A PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTOS DE MOTIVAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO: UMA INOVAÇÃO NECESSÁRIA	
Leonardo Batista Glória	
DOI 10.22533/at.ed.95519240714	
SOBRE A ORGANIZADORA	167
ÍNDICE REMISSIVO	168

ESCOLA ESPECIAL E INCLUSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE EM PSICOLOGIA

Jaciara Fabich Righi

Universidade Franciscana, Curso de Psicologia,
Santa Maria – Rio Grande do Sul

Natália Michelena da Silva

Universidade Franciscana, Curso de Psicologia,
Santa Maria – Rio Grande do Sul

Pâmela Staggemeier Rossato

Universidade Franciscana, Curso de Psicologia,
Santa Maria – Rio Grande do Sul

Marcele Pereira da Rosa Zucolotto

Universidade Franciscana, Curso de Psicologia
e Mestrado em Ensino de Humanidades e
Linguagens, Santa Maria – Rio Grande do Sul

RESUMO: Este estudo refere-se a um relato de experiência da atuação no Estágio Básico I, estágio curricular supervisionado obrigatório ofertado pelo Curso de Psicologia da Universidade Franciscana (UFN), realizado em uma escola especial de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul. A experiência relatada embasou-se na prática da observação participante realizada semanalmente e apoiou-se em estudos teóricos de conceitos sócio-culturais-históricos. O estudo traz reflexões acerca das relações das pessoas com deficiência que frequentavam a escola especial em questão, enfatizando discussões sobre a importância dos vínculos e das relações inclusivas. Concluiu-se que é

indispensável investir em serviços e propostas educativas abertas e flexíveis que atendam às necessidades da pessoa com deficiência, por meio da inclusão, convivência, integração social e de práticas que desenvolvem e promovem o potencial das mesmas.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência; escola especial; inclusão, exclusão.

SPECIAL SCHOOL AND INCLUSION: REPORT OF PARTICIPATING OBSERVATION EXPERIENCE IN PSYCHOLOGY

ABSTRACT: This study refers to an experience report of the performance in the Basic Stage I, a compulsory supervised curricular course offered by the Psychology Course of the Franciscan University (UFN), held at a special school in a city in the interior of the state of Rio Grande do Sul. The reported experience was based on the practice of weekly participant observation and was supported by theoretical studies of socio-cultural-historical concepts. The study reflects on the relationships of people with disabilities who attended the special school in question, emphasizing discussions about the importance of links and inclusive relationships. It was concluded that it is indispensable to invest in services and educational proposals open and flexible that meet the needs of people with

disabilities, through inclusion, coexistence, social integration and practices that develop and promote their potential.

KEYWORDS: Disability; special school; inclusion, exclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo refere-se a um relato de experiência da atuação no Estágio Básico I, estágio curricular supervisionado obrigatório ofertado pelo Curso de Psicologia da Universidade Franciscana (UFN), realizado em uma escola especial de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, durante o primeiro semestre de 2017. A experiência relatada embasou-se na prática da observação participante realizada semanalmente no referido estágio e apoiou-se em estudos teóricos de conceitos sócio-culturais-históricos.

O estudo traz reflexões acerca das relações das pessoas com deficiência que frequentam a escola especial em questão, enfatizando discussões sobre educação inclusiva e a importância dos vínculos e de relações inclusivas. Para contribuir com essa discussão, foi realizado um estudo teórico sobre a visão sócio histórica do lugar das pessoas com deficiência na sociedade, aspectos sobre a escola especial e sobre a educação inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que visa a inclusão social e a cidadania refere-se a pessoa com deficiência como:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A instituição onde foi realizada a prática de observação participante foi criada pela iniciativa de pais que buscavam prestar um atendimento especializado a seus filhos com deficiência. Nesta direção, este estudo busca contribuir para a discussão sobre a integração social de pessoas com deficiência e minimizar os efeitos de estigmatização e exclusão sociais.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Um olhar sócio histórico para a questão da deficiência

As pessoas com deficiências, ao longo da história, receberam os mais diversos tratamentos. Na Antiguidade, o fato de as pessoas nascerem ou se tornarem deficientes implicava, na maioria das vezes, que fossem tratadas como empecilho, serem abandonadas pelo grupo ou até mesmo serem condenadas à morte (ALVES, 1992).

Segundo Murillio (2010), são poucos os relatos de conceituação sobre pessoas com deficiência, mas a compreensão do deficiente físico era misturada ao

do deficiente mental. A autora acrescenta que, anterior à Idade Média, em algumas cidades, as pessoas que nasciam com deficiência eram consideradas sub-humanas e conseqüentemente eram abandonadas ou eliminadas. Durante a Idade Média, estes indivíduos, ainda crianças, eram vistos como sem alma, não humanos ou figuras demoníacas, porém, com o cristianismo medieval, pela noção de resgate divino, permaneceram assim entre a condição da caridade e do castigo.

Em contrapartida às épocas passadas, no século XX, as pessoas com deficiências começaram a serem consideradas cidadãs, com seus direitos de participação na sociedade. Atualmente, todas as pessoas têm seus direitos garantidos através da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. [...] Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (ONU, 1948, s/p).

Dentre eles o direito à vida, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à assistência social, à previdência social, à cultura, ao esporte, ao turismo, ao lazer, ao transporte e à mobilidade (BRASIL, 2015). Nesta direção, cidadania é a condição do cidadão de exercer todos os direitos a ele garantidos: direitos civis, políticos e sociais, bem como ter sua dignidade preservada, a autoestima desenvolvida e o acolhimento social. A ONU (1948, s/p) assegura a cidadania quando se refere:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Outro marco importante para as pessoas com deficiências foi a Convenção da Guatemala, em 1999, que acarretou no decreto 3956/2001. Este decreto determina que as pessoas com deficiência possuem direitos humanos e liberdades fundamentais iguais às outras pessoas e “inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano” (BRASIL, 2001).

2.2 A escola especial

“A ideia de uma sociedade inclusiva nasceu da união de forças de pessoas, no mundo todo” (PAULA, 2007, p. 6). As próprias pessoas com deficiências, seus familiares e amigos tiveram papel fundamental na organização de grupos que cobrassem da sociedade a garantia de seus direitos referentes à educação, ao trabalho, à saúde, ao lazer e ao esporte.

Paula (2007) também afirma que representantes desses grupos tiveram importante atuação na construção da Constituição de 1988 acarretando que o Brasil se tornasse um dos países com uma legislação reconhecida como uma das mais avançadas na área de assistência às pessoas com deficiência. A Constituição de 1988

traz em seu Artigo 5º o princípio de igualdade: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. E em seu Artigo 205 trata a educação como um direito de todos e também como dever do estado e da família garantir que isso ocorra, visando o desenvolvimento do indivíduo. E reafirma em seu Artigo 206, que deve haver “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Portanto,

a Constituição garante a todos o direito à educação e o acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender os princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela (atendimento educacional especializado) (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007, p. 25).

Dessa forma, o ensino especial como substitutivo dos níveis de escolarização é incompatível com o princípio de igualdade promulgado pela constituição. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional especifica a educação especial como: “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996).

Fávero, Pantoja e Mantoan (2007) afirmam que não deve ser aceito em qualquer idade a substituição da escola regular pela especial. Deste modo, a escola especial é vista como um complemento ao ensino regular para os alunos com deficiência que necessitarem. Não deve constituir um sistema semelhante de ensino em que há divisão em níveis e etapas. As instituições especializadas ou escolas especiais são identificadas pelo atendimento oferecido, um atendimento educacional especializado que deve ter, portanto, o caráter de complementaridade com relação ao ensino regular.

Esses autores ainda citam que não há nada que impeça que, em outro período, os alunos frequentem instituições que ofereçam atendimento especializado, mas que também não podem deixar de estar matriculados na escola regular:

A instituição filantrópica que mantém uma escola especial, ainda que ofereça Atendimento Educacional Especializado, deve providenciar imediatamente a matrícula das pessoas que atende, pelo menos daquelas em idade de 7 a 14 anos, no Ensino Fundamental, em escolas comuns da rede regular. Para os jovens que ultrapassarem essa idade limite é importante que lhes seja garantida matrícula em escolas comuns, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA, se não lhes for possível frequentar o ensino médio (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007, p. 32).

2.3 Educação inclusiva, estigma e exclusão

Referente à educação inclusiva, assim se posiciona o portal do Ministério da Educação (BRASIL, 2008, s/p):

[...] é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da

exclusão dentro e fora da escola.

A educação inclusiva tem a contribuição dos direitos humanos que buscam garantir os direitos em escolas de educação regular as pessoas com deficiência. Nesse sentido, ao propiciar uma reflexão sobre os direitos aos alunos, a escola possibilita cada vez mais a inclusão e respeito das pessoas com deficiência, além da socialização dos mesmos através das diferentes experiências propiciadas a todos no âmbito escolar, pois é somente através do envolvimento de todos e da participação ativa das pessoas com deficiência que se pode falar em inclusão. A escola é, segundo Mariussi, Gisi e Eyng (2016, p. 1): “espaço privilegiado para a convivência, para compreender e vivenciar a diversidade”, sendo que a diversidade é

[...] entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. Nessa perspectiva, no caso das pessoas com deficiência, interessa reconhecê-las como sujeitos de direitos e compreender como se construiu e se constrói historicamente o olhar social e pedagógico sobre a sua diferença (GOMES, 2008, p. 34).

Em contraposição à educação inclusiva, têm-se a exclusão, conceito fundamental para se refletir sobre os próprios processos de inclusão. Ressalva-se, no entanto, que a expressão “exclusão” deve ser usada com cautela, pois pode gerar certos efeitos de generalização, devido à amplitude deste conceito. Conforme Veras (2014, p. 29), a exclusão é um conceito “que abriga vários significados para reunir pessoas e grupos que são abandonados, desafiados [...], deixados de lado, desqualificados [...] quer no mercado de trabalho, quer das políticas sociais, etc”.

Deste modo, pode-se afirmar que:

O conceito de exclusão social é dinâmico, referindo-se tanto a processos quanto a situações conseqüentes [...]. Mais claramente que o conceito de pobreza, compreendido muito frequentemente como referindo-se exclusivamente à renda, ele também estabelece a natureza multidimensional dos mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade [...] ele vai mesmo além da participação na vida do trabalho, englobando os campos da educação, saúde e acesso a serviços (ATKINSON, 1998, p. 109).

Tendo isso em vista, considera-se que a exclusão de pessoas com deficiência na educação vem em grande parte da estigmatização e do preconceito. Em consequência disso, há um impedimento de identificação com o outro e uma tendência à repetição (MAGALHÃES; RUIZ, 2011) desse comportamento para com o diferente, há uma caracterização do ruim como sendo o outro e do eu como sendo o bom.

Goffman (1988) diz que o estigma ocorre sempre quando um indivíduo, que poderia ter sido recebido na relação social, possui algum traço que chama a atenção dos demais e, por isso, é afastado e, além disso, o enfoque para este traço impossibilita a atenção para seus outros atributos. É nesse sentido que ocorre a exclusão, dando enfoque para algo que se considera imperfeito e não dando oportunidade para que a pessoa apresente seus outros potenciais. Por exemplo, alguém que possua deficiência

intelectual e não consegue aprender os conteúdos de uma escola regular pode ter enorme potencial para atividades artísticas, por exemplo, mas por não ser algo exigido dentro da escola regular, isso pode não ser visto como potencial, mas como distração.

Magalhães e Ruiz (2011) referem que:

O estigma diz respeito, ainda, ao modo depreciativo de avaliar as diferenças ou características da pessoa. Muitas vezes, as avaliações depreciativas são mais difíceis para a pessoa com deficiência do que as possíveis dificuldades provenientes de seu estado, porque influenciam sobremaneira as atitudes e ações direcionadas a esta pessoa (MAGALHÃES; RUIZ, 2011, p. 7).

Ou seja, o estigma tem grande influência em como a pessoa vai se apresentar em suas relações sociais. O estigma e os processos de exclusão interferem diretamente na construção subjetiva do próprio estigmatizado, por isso tão prejudicial. Assim, Oliveira (1997) acredita que o sentido mais profundo da exclusão esteja relacionado ao ímpeto de uma sociedade de tentar mostrar que os dominados sejam diferentes, segregando-os. Afinal, pode-se considerar, concordando com Veras (2014), que a exclusão esteja diretamente relacionada a esta estigmatização que leva ao não reconhecimento da própria condição de sujeito daqueles que foram excluídos. E por este motivo, ao refletir sobre processos inclusivos de pessoas com deficiência, faz-se fundamental considerar em que medida estes promovem ou não a condição de sujeito destas pessoas.

3 | METODOLOGIA

Este estudo refere-se a um relato de experiência da atuação no Estágio Básico I, estágio curricular supervisionado obrigatório ofertado pelo Curso de Psicologia da Universidade Franciscana (UFN), realizado em uma escola especial de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, durante o primeiro semestre de 2017. A experiência relatada embasou-se na prática da observação participante realizada semanalmente no referido estágio e apoiou-se em estudos teóricos de conceitos sócio-culturais-históricos.

Esta escola possuía, no momento de realização do estágio, em torno de 60 alunos com deficiência (física ou intelectual), entre eles adolescentes e adultos, de ambos os sexos e em variadas idades. Esta instituição é filantrópica, conta com uma sala de aula, sala de informática, de artes, refeitório, pátio amplo, salão para eventos, uma pequena horta desenvolvida pelos alunos e um brechó organizado pelas mães. Havia no momento três professoras, sendo uma graduada em Educação Especial, além de uma psicóloga, uma secretária e a presidente da escola.

Segundo Gil (2006), utilizar a observação como um método para reunir dados traz como vantagem uma direta percepção dos fatos, não havendo assim alguma intermediação. Refere ainda que a observação é um procedimento científico desde que tenha um objetivo formulado para a pesquisa, que seja sistematicamente planejada e por fim submetida à verificação.

Salienta-se que foram seguidas as normas éticas estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), não sendo divulgadas informações que pudessem identificar os participantes do estudo.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da experiência e do referencial teórico, aponta-se para algumas considerações. Inicialmente, cabe destacar que a instituição, sendo filantrópica, possuía muitas dificuldades para se manter e isso podia-se perceber através de situações que foram vivenciadas durante o tempo de duração do estágio, como a falta de materiais em sala de aula (lápiz, canetas...), realização de rifas para arrecadar dinheiro para pagar professores e pedidos de ajuda com materiais de limpeza e comida através de uma nota divulgada no jornal da cidade.

Em função de ser vista apenas como um complemento ao ensino regular, a escola especial não recebia nenhuma ajuda governamental, pois este tem interesse em “incluir” e “integrar”, porém, considerando que o ser humano segrega por diferenças, esse ideal torna-se utópico. Segundo Read (1986, p. 42):

As escolas deveriam ser de muitas espécies, seguindo diferentes métodos e servindo de instrumento a temperamentos diferentes. Pode-se argumentar que mesmo um estado totalitário deveria reconhecer esse princípio, mas a verdade é que a diferenciação é um processo orgânico, a associação espontânea e ao acaso de indivíduos para propósitos particulares.

Em certo dia, observou-se a aula de dança oferecida pela instituição e, nesta turma, havia alunos com deficiências que variavam no grau de comprometimento intelectual e uma minoria no grau de comprometimento motor. Por isso a professora organizou a aula de maneira que todos pudessem participar, seja um aluno que usava cadeira de rodas ou outro que precisou de auxílio da professora e dos colegas, por causa de suas limitações motoras. Considerou-se que, dessa forma, a educação inclusiva acontecia em alguma medida, pois aparentemente, os alunos participavam das atividades sem nenhum tipo de discriminação (MEC/SECADI 2008) ou segregação de turmas, conteúdos ou tempos diferentes. É somente através do envolvimento de todos e da participação ativa das pessoas com deficiência que se pode estar incluído, é através dessas experiências que se dá a socialização, considerando a escola especial como um espaço privilegiado para a convivência e para vivenciar a diversidade.

Deste modo, esta instituição se mostrou como importante meio de convívio social e desenvolvimento de potencialidades para uma vida independente e de auto-realização, para as pessoas com deficiências que a frequentam, além de proporcionar acesso a experiências de lazer e cultura (PAULA, 2007). Essas experiências do convívio social “aprofundam e ampliam as amizades, o sentimento de pertencer a um grupo, garantindo o seu direito de viver plenamente, utilizando os recursos da sua comunidade” (PAULA, 2007, p. 27).

O convívio social, dentro da instituição, buscava sempre desenvolver o vínculo entre eles, e isso foi percebido durante as observações participantes, por exemplo, no dia em que um dos colegas dava comida na boca de uma menina, pois a mesma não estava conseguindo; e utilizava palavras de incentivo como “isso mesmo”, “assim está bonito”, quando ela conseguia comer e evitava que a comida caísse da boca dela. A convivência entre eles mostrou-se sem discriminações aparentes e isso fora considerado de extrema importância pois, segundo Magalhaes e Ruiz (2011), as avaliações depreciativas são mais difíceis para a pessoa com deficiência do que as possíveis dificuldades provenientes de sua condição.

Outro ponto observado é a proximidade/vínculo, não só entre eles, mas também entre a professora e seus alunos. Eles compartilhavam informações sobre suas vidas pessoais, um colega perguntava ao outro como estavam os familiares, e eles gostavam de compartilhar o que acontecia em suas vidas cotidianas particulares. E, do ponto de vista das observações e estudos realizados, isso parecia ocorrer porque eles reconheciam que pertenciam àquele espaço, sentiam-se seguros ali, afinal, a relação que possibilita a formação de vínculos se dá porque dentro de um grupo cada participante compreende um pouco de cada um e de suas maneiras de se relacionar. Observou-se, assim, um grupo coeso, bastante vinculado e próximo, que parecia aceitar as diferenças e dificuldades entre si.

Percebeu-se também o quanto os alunos gostavam de estar ali e de participar das atividades propostas. Certo dia realizaram uma atividade de desenhar o símbolo da instituição e foi algo muito interessante, pois a maioria se envolveu muito com a atividade, se divertiram desenhando o símbolo. Seja em atividades simples como esta ou no momento de ajudar algum colega, eles sempre se mostraram felizes em estar dentro da instituição e sempre prestativos diante do que era proposto ou necessário ser feito.

Com pequenas ações, eles mostravam os vínculos existentes no grupo, deixando claro que ali na escola eles sentiam-se felizes e se sentiam parte dela, e que todos, de alguma maneira, são essenciais para aquele espaço. Por fim, considerou-se que dentro da instituição os alunos, professores e voluntários pareciam dar especial atenção às relações de amizade, ao invés de focar nas deficiências ou naquilo que a sociedade considera ‘imperfeito’, e isto é muito importante para a socialização das pessoas com deficiências. A instituição não possuía divisão de níveis e etapas, pois a prioridade era que seus alunos tivessem consciência de seu potencial, buscando dar oportunidades para que os alunos pudessem sempre apresentar e desenvolver suas potencialidades.

Mesmo entre as diferenças que se apresentavam, eles não se excluíam mutuamente, pelo contrário, estavam sempre se aceitando e se ajudando, chamando o colega para dançar ou ajudando em alguma tarefa que o outro não conseguia realizar sozinho, desenvolvendo assim o companheirismo com o próximo (READ, 1986). E isso é algo que na escola regular, mesmo com a proposta de educação inclusiva, raramente vemos acontecer com as pessoas com deficiência, pois o que é diferente,

normalmente e infelizmente, é deixado de lado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência se mostrou muito positiva, sendo que o Estágio Básico I em Psicologia conseguiu realizar a prática de observação participante e destacar questões importantes da vivência de pessoas com deficiências na escola especial. Destacam-se a integração e os vínculos de amizade que percorriam a instituição. A expressão de alegria dos alunos em estar na escola, em fazer parte da escola, e o fato de a grande maioria usar a camiseta da escola e falar com gosto da mesma mostra a importância do papel que a instituição possuía para cada um deles, como um espaço de lazer, cultura, esporte e convívio social; fatores essenciais a todo ser humano e que muitas vezes são questões limitadas às pessoas com deficiência. Aponta-se, a partir das observações e estudos realizados, que, se a escola recebesse ajuda governamental, poderia tornar o espaço um lugar com maiores condições de oferecer essas oportunidades e benefícios às pessoas com deficiência que frequentavam o local.

A inclusão de pessoas com deficiência em diversos espaços da sociedade ainda é muito incipiente no Brasil. A sociedade sempre inabilitou as pessoas com deficiência, privando-as no meio social. Essas pessoas, com atendimentos e direitos reduzidos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e mesmo de ações impiedosas. Assim, no decorrer dos últimos anos, educadores e pais tem contribuído para implementar a inclusão destas pessoas com deficiências ou necessidades especiais, nas escolas e na sociedade como um todo, para ampliar o respeito humano e possibilitar o desenvolvimento deste indivíduo.

Conclui-se que foi extremamente importante realizar a prática de estágio de observação nesta escola especial, para que a equipe do estágio conhecesse a realidade vivenciada e também para que o estudo desta realidade pudesse contribuir para as reflexões sobre os processos de inclusão e exclusão. Aponta-se, assim, para a importância de que outros e novos estudos possam ser realizados no âmbito das escolas especiais, no intuito de contribuir para que seja resgatado e fortalecido, cada vez mais, o reconhecimento dos sujeitos com necessidades especiais. Enfatiza-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido em nosso país em busca de relações potencialmente mais inclusivas.

Assim, este estudo se encerra assinalando ainda que é indispensável investir em serviços e propostas educativas abertas e flexíveis que atendam às necessidades de mudanças e de promoção da saúde da pessoa com deficiência, por meio da inclusão, convivência, integração social e de práticas que desenvolvem e promovem o potencial dos alunos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. V. **Deficiente físico**: novas dimensões da proteção ao trabalhador. São Paulo: Parma, 1992.
- ATKINSON, R. Combatendo a exclusão social urbana: o papel da participação comunitária na regeneração das cidades europeias. **Cadernos IPPUR**, v. 12, n. 1, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm >. Acesso em 13/03/2019.
- BRASIL. **Lei 9.394**. 1996. Disponível:< <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>Acesso:1/11/2018.
- BRASIL. **Decreto Nº 3.956**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf> . Acesso em: 16/09/2017.
- BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 18/09/2018.
- BRASIL. **Lei 13.146**. 2015. Disponível : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 26/10/2018.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 26/04/2018.
- FÁVERO, E. A. G; PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento educacional especializado**: Aspectos legais e orientações pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora A S.A. 2002.
- GOFFMAN, E. **Estigma**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOMES, N. L. Diversidade e currículo. In: JANETE, B; SANDRA, D. P; ARICÉLIA R. N. (Org.). **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. p. 17-47.
- MAGALHÃES, R. C. B. P.; RUIZ, E. M. **Estigma e currículo oculto**. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 17, n. especial, p. 125-142, 2011.
- MARIUSSI, M. I; GISI, M. L; EYNG, A. M. **A Escola como Espaço para Efetivação dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência**. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 22, n. 3, p. 443-454, 2016.
- MURILLIO, P. C. O patológico e o anormal no olhar de Michel Foucault: um estudo sobre a construção da identidade da criança com paralisia cerebral. **Kínesis**, v. 2, n. 4, p. 159-174, 2010.
- OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs. v. 12, n. 33, p. 49-60, 1997.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> . Acesso em: 26 out. 2018.
- PAULA, A. R. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

READ, H. **A redenção do Robô**: meu encontro com a educação através da arte. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

VERAS, M. P. B. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. Notas preliminares. Em: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 29-51.

SOBRE A ORGANIZADORA

ROSANE CASTILHO Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1989), Doutorado em Educação pela Universidade Católica Argentina - Santa Fe (2010). Pós-Doutorado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Docente Titular de Psicologia da Universidade Estadual de Goiás. Membro associado da Sociedade Brasileira de Psicologia. Pesquisadora nas áreas de Psicologia e Educação, na temática: juventudes: educação e cultura. Membro-fundador do Observatório Juventudes na contemporaneidade em parceria com pesquisadores da UFG, IFG, PUC Goiás e Cajueiro. Contato: rosanecastilho.ueg@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 118, 120, 121, 124, 126, 136

D

Depressão 83, 84, 87, 88, 118, 124

E

Educação 15, 17, 34, 92, 106, 108, 112, 125, 137, 139, 142, 146, 154, 166, 167

Endomarketing 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166

Estigma 26, 33, 34, 112

G

Gênero 44, 49, 53, 119, 120, 123

H

Hanseníase 26, 33, 34, 120

HIV/AIDS 6, 52, 53, 62

I

Inclusão 104

M

Maternidade 94, 101, 102

Motivação 156, 159

N

Neurociência 5, 138, 139, 145

P

Políticas públicas 5, 25, 114, 119

Preconceito 26

Psicanálise 5, 17, 148, 152, 155

Psicologia 2, 5, 1, 12, 13, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 50, 52, 63, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 108, 111, 115, 116, 119, 124, 125, 126, 136, 138, 139, 144, 154, 155, 156, 157, 158, 166, 167

R

Religião 92, 93

S

Saúde mental 114, 118, 119

Sexualidade 53

Sociopsicodrama 1, 3

T

Tabagismo 6, 64, 81, 82

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-495-5



9 788572 474955